

Direito de greve dificulta acordo

Mas votação do capítulo dos direitos sociais deve terminar amanhã

O capítulo II do título II do projeto da Constituição, que trata dos direitos sociais, deve terminar de ser votado até amanhã. A previsão é do deputado Antônio Britto (PMDB-RS), que passou o fim de semana redigindo os textos que irão viabilizar os acordos com o **Centrão** e agilizar as votações. De acordo com o levantamento feito por Britto, este capítulo ainda consumirá 13 votações. "Como o plenário tem feito uma média de 15 votações diárias", observa o deputado, "não há nenhum motivo razoável para que amanhã todo o capítulo sobre os direitos dos trabalhadores ainda não tenha sido votada". Segundo Britto, a primeira reunião de entendimento, na última sexta-feira, sobre as matérias polêmicas do restante do capítulo, foi "muito bem-sucedida" e na reunião marcada para hoje às 11 horas ele acredita que será possível fechar o acordo sobre praticamente todos os dispositivos dos direitos sociais ainda não votados. Até agora, um único ponto tem dificultado o entendimento: o direito de greve.

PENAS

O texto aprovado pela Comissão de Sistematização sobre o direito de greve prevê a liberdade dos trabalhadores para fazer greve e proíbe as paralisações de iniciativa patronal. O texto determina ainda que nas greves os sindicatos devem garantir a manutenção dos serviços indispensáveis à população e prevê pena para os responsáveis por abusos eventualmente cometidos.

O texto do substantivo do **Centrão** proíbe as greves decididas sem prévia negociação e limita o direito nas atividades consideradas essenciais à comunidade. O texto do **Centrão** não se refere às greves de iniciativa patronal, mas prevê pena para os responsáveis por abusos.

Na opinião do deputado Antônio Britto, o texto da Sistematização é um texto "equilibrado", que tem chances de aprovação. Para isso, caso não haja acor-

do, o PMDB ligado ao líder Mário Covas e as esquerdas terão que colocar em plenário 280 votos favoráveis ao destaque do deputado Octávio Elisio (PMDB-MG), que restabelece o texto da Sistematização.

TRABALHADORES RURAIS

A primeira matéria em pauta na sessão de hoje à tarde é o texto do **Centrão** que remete para a lei ordinária uma série de direitos dos trabalhadores rurais, como FGTS, adicional para o trabalho noturno e hora extra. Pelo texto da Sistematização, os trabalhadores rurais teriam direito automático a tudo o que foi garantido aos trabalhadores urbanos.

Segundo Britto, a fórmula do acordo está sendo fechada com a redução da lista de direitos dos trabalhadores rurais remetidos para lei ordinária, de oito para no máximo três. Os três direitos a passarem para a legislação ainda serão decididos na reunião de hoje de manhã, mas Britto adiantou que um deles poderá ser jornada de trabalho ou adicional de hora extra. O PMDB de Covas não está disposto a aceitar ambos.

No dispositivo que trata da organização sindical, a tendência, segundo Britto, é aprovar um texto de acordo que preveja a unidade sindical, como estabelecem o texto da Sistematização e o do **Centrão**. O acordo também incluirá a aprovação de emenda do deputado Mendes Thame (PFL-SP) que determina duplicidade da contribuição sindical.

A emenda de Thame estabelece que "a assembleia geral fixará a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de sua representação sindical, independentemente da contribuição prevista por lei". Tanto o texto do **Centrão** como o da Sistematização só previam o desconto em folha da contribuição fixada pela assembleia da categoria.



Britto prevê acordo, incluindo a emenda de Thame. Hoje serão votados destaques de Lysâneas e Cals

Sindicatos criticam os direitos aprovados

Os novos direitos aprovados para os trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte, semana passada, como o salário mínimo capaz de atender às necessidades do trabalhador e de sua família, assegurando alimentação, saúde, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte e previdência social, além de outras vantagens, não sensibilizaram a classe trabalhadora. Segundo representantes dos sindicatos de Brasília, a estabilidade era a principal proposta da classe e, sem ela, nada está de fato, garantido.

"Depois da articulação do **Centrão**, para nós, a Constituinte apresentou um retrocesso, em relação ao que ficou estabelecido na Comissão de Sistematização", explica Paulo Borges, diretor do Sindicato dos Bancários. Para ele, o dispositivo que rege apenas 40 por cento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores demitidos sem justa causa "não significa

nada, nem para os trabalhadores e nem para os empresários". Borges acrescenta que para os bancários a situação tende a piorar.

"Os banqueiros alegaram uma crise no setor financeiro, que nunca aconteceu, na verdade, para permitir cerca de 200 mil funcionários, durante o Plano Cruzado. Hoje, o Bradesco já está pensando em fechar 800 agências, em todo o País, e vai promover novas demissões este ano", conta o sindicalista. Em sua opinião, a questão do salário mínimo dificilmente será cumprida pela classe empresarial. "Estamos bastante céticos em relação a este caítulo. Já vimos o Afif Domingos (PL-SP e representante da classe empresarial) dizer que isto seria inviável", afirma.

Ainda segundo ele, a única vantagem para o trabalhador, agora, será ter o amparo da Constituição para lutar por seus direitos. "Dependerá, agora, da luta e mobilização dos sindicatos para que ganhem nos

direitos na Justiça", acrescenta. Para a vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, Maria Laura (ex-candidata a deputada federal pelo PT), para o funcionalismo público, por enquanto, não houve nenhum avanço:

"O quente ainda será votado esta semana, que é a questão da organização sindical. O **Centrão** está se mobilizando para não permitir nosso direito à sindicalização, que está incluída no texto da Comissão de Sistematização, vamos ver", relata Maria Laura. Para ela, a única vantagem dos direitos já aprovados foi o aumento da licença para gestantes (de 90 para 120 dias), que beneficia as funcionárias públicas também. "A questão das férias anuais remuneradas, no mínimo, em um terço a mais do que o salário normal, pode ser excluída para os funcionários públicos. Realmente, não vemos nenhum saldo positivo para o funcionalismo", atesta Maria Laura.

Frente propõe uma lei agrícola

Jaú (SP) — A Frente Parlamentar da Agricultura e a Frente Agropecuária Brasileira estão elaborando uma proposta para projeto a ser votado no Congresso, dentro de dois meses, de uma "lei agrícola". Todas as entidades que reúnem agricultores começam a se mobilizar em torno dos princípios previstos na emenda, que tem como ponto principal o estabelecimento de preços mínimos

realistas e medidas que possam modernizar o setor. Se a lei agrícola não for aprovada, poderá haver uma queda brutal na produção, "porque ninguém é suicida", ameaçou ontem o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes.

Também presente ao encontro da Frente Ampla da Agropecuária, o ex-ministro da Agricultura e deputado Alysson Paulinell

li (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, apontou uma queda no orçamento da atividade agrícola de 52 por cento, na década de 70, para 3 por cento hoje.

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, disse que a lei agrícola, além de garantir o preço mínimo, objetiva proteger com o subsídio determinadas culturas

Emendas ficam prejudicadas

A primeira matéria a ser apreciada pelo plenário da Constituinte hoje é um pedido de votação em separado do senador Mário Covas (PMDB/SP) ao parágrafo 4º da emenda do **Centrão**, que diz: "Os direitos sociais dos trabalhadores rurais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à remuneração do trabalho noturno maior que o diurno e jornada de trabalho, serão disciplinados em lei".

No entanto, o texto já é considerado prejudicado porque o caput sete do artigo, já aprovado em plenário, diz que os trabalhadores rurais e urbanos têm o mesmo direito. Com isso, também ficam prejudicados os destaques, para supressão do artigo, dos constituintes Paulo Paim (PT/RS) e Oswaldo Almeida (PL/RJ).

Ainda dentro do Capítulo II, do Título II, que trata dos direitos dos trabalhadores, está prevista a votação do destaque do deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ), aditiva ao parágrafo 7º, e com pedido de preferência para apreciação. A emenda diz: "O salário mínimo será reajustado toda vez que ocorrer aumento do subsídio dos membros do Poder Legislativo Federal, em valor nunca inferior a 10 por cento, calculando-se a parte variável pelo comparecimento total do congressista às sessões". A emenda do deputado Lysâneas Maciel conta com a oposição dos representantes sindicais.

Outro destaque também aditiva ao parágrafo 7º é do deputado César Cals Neto (PDS/CE), e que também é rejeitada por representantes dos trabalhadores, diz: "A indenização devida pela demissão imotivada, em conformidade com o inciso I, será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses, na forma da lei".

Também ao mesmo parágrafo, deverá ser votada o destaque do deputado Antônio Mariz (PMDB/PB), que diz: "O maior salário

pagado, direta ou indiretamente em cada empresa, não poderá exceder em mais de 80 vezes o menor salário. A lei estabelecerá as condições para a gradual de diferença entre menor e maior salário".

O destaque também tem a oposição dos representantes sindicais, que consideram o limite de 80 vezes por demais excessivo. Acha ainda que a medida em termos constitucionais seria prejudicial.

Ainda deverá ser votado o destaque do deputado Paulo Palm (PT/RS), também ao mesmo artigo. Ele quer que "a indenização proporcional por tempo de serviço e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço se constituam em direitos adquiridos, sendo devidos ao trabalhador independentemente do motivo de rescisão do contrato do trabalhador".

Os representantes das lideranças sindicais votam pela aprovação da matéria, mas sugerem a supressão da expressão "indenização proporcional por tempo de serviço" e que a parte restante do destaque passe para o singular.

Prevista ainda a apreciação do destaque do deputado Wilson Campos (PMDB/PE) que segere: "não se permitirá mais de uma federação sindical nos Estados, seja patronal ou laboral".

E, finalmente, o destaque do senador Cid Sabóia de Carvalho, (PMDB/CE): "cometida a despedida injusta e sendo, por qualquer motivo impossível a reintegração do empregado, será o mesmo indenizado pelo faltoso, sob critérios especiais em legislação ordinária, o trabalhador despedido, antes de ser reintegrado, poderá optar pela indenização". A emenda também é rejeitada pelos representantes sindicais.

Como se tratam de assuntos polêmicos e como segunda-feira costuma ser um dia fraco no plenário da Constituinte, acredita-se que dificilmente o plenário passará à votação, ainda hoje, do artigo oitavo, que trata do trabalhador doméstico.

Jovens vêm defender voto

Jovens de todos os Estados brasileiros estão se preparando para acompanhar a votação do artigo que prevê o voto facultativo a partir dos 16 anos. A coordenação da União da Juventude Socialista (UJS), reunida durante o fim de semana em Brasília, fez uma avaliação sobre a reivindicação específica dos jovens e sobre as propostas do Fórum de Educação no que se refere à exclusividade de aplicação de verbas públicas somente para escolas públicas.

"Estamos nos concentrando no esforço de aprovar o voto aos 16 anos, mas não nos descuidamos de temas como eleições e a defesa da soberania da Constituinte", afirmou o coordenador-geral da UJS, Rovilson Brito. A UJS vem consultando lideranças partidárias sobre o voto aos 16 anos e, segundo seu coordenador-geral, a tese já recebeu o apoio do PT, do PC do B, do PCB, do PDT e do PSB. Setores do PMDB também já teriam emprestado seu apoio ao voto aos 16 anos, inclusive o líder Mário Covas.

Eleições vão esvaziar a Constituinte

O deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) prevê uma evasão de congressistas do plenário da Assembleia Constituinte a partir do mês de maio, se a Carta não for promulgada até lá, pois 125 parlamentares deverão disputar as eleições municipais em 15 de novembro e iniciarão, por essa época, as campanhas em seus respectivos Estados.

O "êxodo parlamentar", como chama Afif, é bastante previsível e, por isso, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deve impor um andamento mais rígido às votações, para que a Constituição "não morra na praia".

Ele acha justa a pretensão dos 125 parlamentares em disputar as eleições municipais, mesmo faltando ainda "um longo caminho" legislativo a ser percorrido na própria Assembleia Constituinte e acrescenta que tal fato auxiliará o Congresso para que vote logo a lei máxima do País, já que a pressão nesse sentido será interna, dos congressistas candidatos às vagas nas prefeituras de capitais e de municípios adjacentes.